CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N.º 1.067, DE 2015

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a apensação do **PL 856/2015**, do Poder Executivo, ao **PL 7.907/2010**, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Arts. 139 e 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o ***Projeto de Lei n.º 856, de 2015***, do Poder Executivo, que "disciplina a ação civil pública de extinção do direito de posse ou de propriedade proveniente de atividade criminosa, improbidade administrativa ou enriquecimento ilícito", seja apensado ao ***Projeto de Lei n.º 7.907, de 2010***, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional", por tratarem de assuntos corretos.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2015.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP